Entre Vozes e Territórios: Oralidade, Memória e Resistência na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR

Camilla de Sousa dos Santos[1]

Resumo

A experiência da Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo (PR), oferece um campo privilegiado para refletir sobre os modos de construção das memórias de sujeitos historicamente marginalizados nas periferias urbanas. Fundada em 1991, a partir da ocupação de terras por famílias trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, a comunidade consolidou-se por meio de mobilizações coletivas em busca do direito à moradia e da regularização fundiária conquistada em 2005. Esse percurso foi marcado por tensões e violências, juntamente com a emergência de narrativas potentes que revelam vozes plurais de resistência.A pesquisa, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão "Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo - PR", desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e financiado pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), tomou como eixo metodológico a história oral, reconhecendo que as narrativas dos moradores constituem um patrimônio imaterial capaz de confrontar a memória oficial e reinscrever os sujeitos da vila como agentes históricos. Entrevistas de história de vida e registros audiovisuais foram articulados à análise documental, compondo um mosaico de significados (Becker, 1999) que permitiu recompor o emaranhado de trajetórias. Nesse processo, a teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs foi mobilizada para compreender como lembranças pessoais se entrelaçam em marcos comunitários; Michael Pollak contribuiu para problematizar as tensões entre memória oficial e subterrânea; e Paulo Freire orientou a prática extensionista, ao enfatizar a centralidade do diálogo e da intercomunicação na produção de saberes. Além deles, Lúcio Kowarick e Henri Lefebvre ofereceram fundamentos para refletir sobre espoliação urbana, direito à cidade e territorialidade. As narrativas orais colhidas junto a pioneiros e lideranças comunitárias revelam tanto a precariedade inicial — ausência de saneamento, energia e segurança jurídica — quanto a esperança e a força da organização coletiva. Relatos sobre as assembleias populares, marchas à prefeitura e negociações com órgãos públicos demonstram que a conquista da moradia não foi uma concessão estatal, mas resultado da mobilização popular. Do mesmo modo, memórias ligadas ao Colégio Estadual Zumbi dos Palmares evidenciam como a escola se tornou espaço de elaboração simbólica, de transmissão intergeracional de memórias e de fortalecimento da identidade coletiva. Ao recuperar essas vozes e trajetórias, a pesquisa evidencia que os moradores da vila, frequentemente reduzidos a estereótipos de violência e pobreza, são sujeitos que constroem narrativas contra-hegemônicas, inscrevendo-se como protagonistas de sua história. O recurso à história oral não apenas revelou práticas de resistência — abertas ou veladas, localizadas ou generalizadas —, mas também contribuiu para desestabilizar os discursos dominantes sobre cidade, periferia e cidadania. Assim, a Vila Zumbi dos Palmares se apresentou como um território vivo de memórias e lutas,

[1]Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOCIO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Contato: camillasous1@gmail.com.

cujas narrativas, sustentadas na oralidade e nas práticas comunitárias, ampliam o debate sobre direito à cidade, desigualdades sociais e insurgências populares. Este trabalho, ao articular teoria e prática extensionista, pretende somar-se à reconstrução de narrativas plurais e à valorização de sujeitos relegados às margens, mas portadores de histórias transformadoras.

Palavras-chave

História Oral; Memória Coletiva; Direito à Cidade; Resistência; Vila Zumbi dos Palmares.

Corpo do trabalho

Introdução

O presente trabalho resulta da experiência de feitura da monografia “Remendando a Cidade: O Emaranhado de Significados na Experiência de Recuperação de Memórias da Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR”, que tem como base o projeto de extensão "Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR”, desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e financiado pelo Estado do Paraná por meio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) através do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF).

Desde sua formação, a sociedade brasileira apresenta profundas desigualdades sociais que moldam o acesso a direitos básicos. Em um país onde grande parte da população enfrenta dificuldades para garantir moradia, alimentação e condições dignas de vida, tornou-se comum que famílias encontrem soluções por conta própria, sem o auxílio primário do Estado. Assim, ocupações irregulares e autoconstrução de casas se espalham pelo território nacional, dando origem a diversas formas de favelização, das favelas verticais às horizontais espalhadas ao longo do território nacional.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto de extensão universitária voltado à recuperação, disseminação e valorização das memórias de luta de uma comunidade periférica que tem seu início como uma ocupação irregular e posteriormente se torna um bairro regular por conta do processo de regularização fundiária. Assim, tomando como base metodológica a história oral baseada nos relatos de moradores antigos da vila e de agentes públicos envolvidos na regularização fundiária. A partir disso, o projeto "Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR” idealizado e submetido pela Profª Dra. Maria Tarcisa Silva Bega no Edital nº 05/2019 da UFG, foi aprovado e estava

previsto para começar em maio de 2020, porém só pôde ser iniciado em fevereiro de 2022 devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19.

A Vila Zumbi dos Palmares foi escolhida como foco do projeto por reunir um longo histórico de resistência popular. Localizada em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a vila se estabeleceu entre a BR-116 e o Rio Palmital, em área de proteção ambiental, posição essa que evidenciava sua condição de vulnerabilidade desde o início. Sua origem remonta a maio de 1991, quando cerca de 300 famílias, muitas vindas de ocupações anteriores ou de empregos precarizados, organizaram uma ocupação e deram à comunidade o nome de Zumbi dos Palmares como símbolo de luta e identidade coletiva.

Nos primeiros anos, as condições materiais eram extremamente precárias: ruas de terra, ausência de saneamento, falta de acesso à assistência de saúde, dificuldades de acesso a escolas de educação básica, coleta de lixo irregular e nenhuma garantia jurídica sobre os lotes. A comunidade, porém, estruturou formas próprias de organização, como mutirões, assembleias e comissões de moradores, práticas que fortaleceram vínculos internos e sustentaram suas reivindicações por direitos. A expansão da vila ao longo da década de 1990 ocorreu em meio a conflitos com proprietários, intervenções policiais e negociações políticas.

O contraste social tornou-se ainda mais evidente a partir dos anos 2000, quando a Vila passou a confrontar territorialmente o empreendimento Alphaville, marcado pelo alto padrão de urbanização. Nesse período, a disputa por terra, infraestrutura e reconhecimento se intensificou. Foi também nesse cenário que, em 2005, a Vila Zumbi dos Palmares foi escolhida como área piloto do Programa Direito de Morar, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em parceria com o governo estadual. Esse processo incluiu regularização jurídica, abertura de vias e a construção de equipamentos públicos que remodelaram significativamente o território e consolidaram a permanência das famílias.

Quando a Memória Encontra a Oralidade

A história da Vila Zumbi dos Palmares se constrói na confluência entre oralidade, memória e resistência. Desde o início da ocupação, o território foi marcado pela luta coletiva dos moradores em busca de direitos básicos, como transporte, saúde, educação e condições mínimas de moradia. Os relatos das primeiras famílias revelam que a ocupação não foi uma escolha voluntária, mas uma alternativa diante da exclusão estrutural: “a pessoa não vem para uma invasão porque ele quer, vem por necessidade” (SOUZA, 2024. In: MEMÓRIAS, 10:57).

Essa afirmação, inscrita na oralidade dos moradores, expressa o sentido profundo da ocupação como resposta à negação de direitos.

A oralidade, nesse contexto, não funciona apenas como memória, mas como instrumento político de afirmação. Pollak lembra que a memória é sempre seletiva, observemos

> "A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória" (POLLAK, 1992. p.203).

Justamente por isso opera como organizadora de sentidos. Nos relatos sobre a chegada à Vila, essa seletividade revela tanto os traumas da precariedade quanto os gestos de resistência. Uma das moradoras descreve o impacto inicial: "quando eu cheguei eu não imaginei que fosse ser assim, a casa da gente um barraquinho bem pequenininho assim sabe, muito barro mesmo, muita lama sabe" (SILVA, 2024. In: MEMÓRIAS, 13:27). Outro complementa a dureza daquele momento: "quando eu cheguei aqui era bastante complicado né, porque a gente, pra começar a gente não tinha uma água pra beber, você tinha que achar uma água e beber, (...) energia também não tinha né, então para nóis foi muito difícil" (SILVA, 2024. In: MEMÓRIAS, 13:58).

Essas narrativas mostram como a memória individual se ancora na experiência coletiva. Halbwachs afirma que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo" (HALBWACHS, 1990, p.51). Ao relatarem suas trajetórias, os moradores da Vila Zumbi não apenas narram experiências pessoais, mas ativam quadros sociais que dão forma à memória territorial. É o que aparece no reconhecimento de que o território era socialmente estigmatizado: "nóis era marginalizado" (OLIVEIRA, 2024. In: MEMÓRIAS, 08:08). A marginalização não é apenas externa; ela passa a compor a memória social que o grupo tenta transformar.

A precariedade estrutural também atravessa essas lembranças. Uma das marcas mais fortes é a ausência de saneamento básico: "o esgoto aqui era tudo a céu aberto, o pessoal jogava na valeta" (OLIVEIRA, 2024. In: MEMÓRIAS, 14:07). As falas revelam marcas nas memórias de grupos subalternizados e evidenciam experiências de exclusão, violência e abandono estatal. Ainda assim, esses mesmos relatos são acompanhados de práticas de resistência, a organização comunitária, os mutirões, o apoio entre vizinhos.

É nesse cenário que emergem os processos de luta pela regularização fundiária, tema central nas entrevistas de agentes envolvidos na implementação do Programa Direito de Morar.

Para Kowarick, as lutas urbanas se constituem quando trabalhadores "se percebem como espoliados em elementos básicos para a reprodução como moradores urbanos" (KOWARICK, 2000, p.64). O contexto descrito pelos moradores da Vila evidencia essa espoliação: viver em meio a lama, ausência de água potável, fossas improvisadas e inseguranças diversas. Portanto, a regularização, neste contexto, não aparece como benesse estatal, mas como conquista coletiva.

A fala da diretora da COHAPAR na época da regularização reforça essa dimensão: "o programa resgatou a dignidade de milhares e milhares de famílias paranaenses que viviam em insalubridade [...] sem nenhuma condição de infraestrutura" (KOSAK, 2024. In: MEMÓRIAS, 18:55). Ainda assim, como lembra Kowarick, o Estado assume uma posição ambígua: por um lado, precisa atender às reivindicações; por outro, busca controlar e amortecer as mobilizações populares. Na Vila Zumbi, a oralidade dos moradores revela claramente essa tensão, marcada por anos de espera, negociações e disputas.

A resistência cotidiana é também memória viva. Freire ajuda a compreender esse processo ao afirmar que "carregamos conosco a memória de muitos traumas, o corpo molhado da nossa própria história, da nossa cultura" (FREIRE, 2022, p.45). As experiências narradas — da lama, da falta de água, dos barracos, da estigmatização — não são apenas lembranças dolorosas, mas se fundamentam como bases identitárias. Elas reafirmam que permanecer no território é também um ato político: uma escolha de continuidade e de afirmação coletiva.

Em um dos depoimentos é possível observar que mesmo diante da possibilidade de reassentamento externo, a posição dos moradores foi firme: "foi quase que unânime a resposta de não, eu quero ficar morando na vila" (KOSAK, 2024. In: MEMÓRIAS, 23:26). Essa escolha expressa o vínculo que se produz na articulação entre memória e território. Como afirma uma assistente social que trabalhou com a comunidade nessa época, "aquele é o território que tem mais associações de moradores, mais grupos de mulheres, mais experiências de economia solidária [...] é o lugar que tem mais organizações" (ASSIS, 2024. In: MEMÓRIAS, 20:27). A organicidade comunitária mencionada revela que a resistência não está apenas nas lutas formais, mas também nas práticas cotidianas que geram pertencimento.

Assim, a história da Vila Zumbi dos Palmares evidencia que memória, oralidade e resistência são indissociáveis. A memória preserva as marcas da precariedade e da luta coletiva; a oralidade garante que essas experiências sejam compartilhadas e ressignificadas; a resistência sustenta a permanência no território e a construção coletiva de novos sentidos. Como lembra Pollak, a memória

> "é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si" (POLLAK, 1992. p.204).

Na Vila Zumbi, essa identidade se faz na palavra narrada, na lembrança compartilhada e na recusa ao apagamento. A Vila Zumbi não é apenas um lugar regularizado: é um território narrado. Suas histórias, contadas pelos moradores, constituem não apenas lembranças, mas também projetos de futuro. Permanecer, lembrar e narrar são formas profundas de resistência e imprimem a urgência de uma memória inscrita no presente.

Figura 01: Entrevistas na Vila Zumbi dos Palmares.

Fonte: Acervo do projeto Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR. Fotografias: Bruna Lourenço, Annie Libert, 2022.

Quando a Juventude Canta Seu Território

A proposta de recuperação e disseminação de memórias desenvolvida com estudantes do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares aprofundou a compreensão de que a memória da Vila não se limita aos relatos dos moradores mais antigos: ela segue viva nas narrativas das juventudes que habitam e significam o território cotidianamente, criando novas teias de pertencimento. A atividade intitulada "Memórias e histórias da escola Zumbi dos Palmares: o uso de imagens na (re)construção da memória das histórias de luta da comunidade" partiu justamente da oralidade dos estudantes, convidando-os a revisitar suas próprias histórias e as de suas famílias como forma de fortalecer o sentimento de pertencimento.

O trabalho com as três turmas do primeiro ano do ensino médio revelou que o entrelaçamento entre sociologia, memória e emoção abre espaço para que os jovens se percebam como parte ativa da história da Vila. Ao compartilharem relatos sobre suas vidas, seus deslocamentos, os espaços que frequentam e as narrativas familiares sobre a ocupação e a consolidação do bairro, emergiram as dimensões já apontadas por Pollak sobre o caráter construído da memória. Assim como o autor destaca que "a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa" (POLLAK, 1992, p.203), os estudantes demonstraram que suas lembranças estão ancoradas não apenas em experiências próprias, mas também nas memórias transmitidas por pais, avós, vizinhos e outros mais velhos.

A primeira oficina teve como objetivo a recuperação dessas memórias juvenis através da construção de relicários[2]. Ao trazer fotografias de suas trajetórias e expô-las coletivamente, os estudantes ativaram um espaço de afetos e reflexões que ultrapassou a simples visualização das imagens. Narrar as fotografias, seus significados, seus contextos, seus usos dentro da vida cotidiana, possibilitou que emergissem memórias individuais que rapidamente se conectaram com memórias coletivas, numa dinâmica que confirma que

> "a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade."(HALBWACHS, 1990, p.72).

Cada imagem se tornou um ponto de partida para compreender como as juventudes da Vila vivenciam o território, o que representam seus espaços de sociabilidade e como se reconhecem na história local.

Na sequência, a oficina de lambe-lambe transformou esse processo de rememoração em produção estética e política. A partir das imagens e narrativas evocadas nos relicários, os

[2]Composições de imagens montadas pelos estudantes a partir de fotografias escolhidas por eles que fossem significativas em suas histórias e também para a história da sua família.

estudantes criaram cartazes que retratavam a Vila Zumbi dos Palmares a partir de suas próprias leituras sobre o território. Letras de música, desenhos, fotografias e frases recuperadas de suas histórias se articularam em composições que revelam como a memória, ao ser compartilhada, também produz sentidos de resistência. Não por acaso, durante a atividade, um grupo de oito estudantes entoou o verso conhecido do funk carioca Rap da Felicidade, lançado por Cidinho e Doca em 1994: "Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde nasci". A escolha dessa música, feita espontaneamente pelos jovens e sem nenhuma proposta que envolvesse a parte musical, ecoa o desejo de reconhecimento do lugar como espaço legítimo de existência e identidade, aquilo que Halbwachs reconhece como parte da relação entre memória e pertencimento coletivo.

A potência dessa produção se ampliou quando os cartazes foram levados para fora da escola, num processo de disseminação dessas memórias dos jovens. A colagem dos lambes nas paredes e postes da Vila materializou a circulação da memória no próprio território. Cada lambe colado funcionou como marco simbólico e afetivo, reinscrevendo nos espaços públicos fragmentos de histórias pessoais e coletivas, e reafirmando o caráter vivido e construído da memória local. A gravação audiovisual, que posteriormente foi transformada em um documentário[3], reforçou a dimensão ética e reflexiva do processo, sem instrumentalizar as narrativas juvenis nem expor indevidamente os participantes.

Ainda que a adesão à atividade realizada no sábado tenha sido menor do que aquela ocorrida dentro dos muros da escola, o ato de ocupar o bairro com memória produziu deslocamentos significativos — tanto simbólicos quanto concretos. Ao circular pelo território com novas lentes, os jovens passaram a reconhecer elementos antes naturalizados como parte de uma história coletiva em disputa. Ver os estudantes interagirem com o espaço que habitam, recolocando nele suas histórias, afetos e interpretações, tornou visível aquilo que Freire aponta quando afirma que "nas relações que o homem estabelece com o mundo há [...] uma pluralidade na própria singularidade" (FREIRE, 2021, p. 56). Cada estudante, com sua narrativa única e sua forma própria de ler o território, contribuiu para a composição de uma memória plural da Vila, mostrando que a identidade territorial é permanentemente reconstruída. A caminhada, portanto, funcionou não apenas como método pedagógico, mas como experiência de reconhecimento e pertencimento, ativando memórias que dificilmente emergiriam em sala de aula.

[3] AGÊNCIA ESCOLA UFPR. Memórias de Luta – Vila Zumbi dos Palmares. YouTube, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dQRrnSM5Clk. Acesso em: 08 dez. 2025.

A intervenção na escola gerou, ainda, efeitos concretos no território e na comunidade educativa, extrapolando os limites da atividade pontual. O ingresso da professora Elaine Gomes Ferreira e da diretora Heloisa Urcino da Silva no Mestrado Profissional em Sociologia (PROFSOCIO/UFPR) demonstra como a inserção da memória no cotidiano escolar foi capaz de provocar movimentos de formação continuada, fortalecimento institucional e aprofundamento crítico sobre o papel da escola na vida comunitária. Esse processo evidencia que quando a escola se abre ao território — e quando o território entra na escola — criam-se novas possibilidades de reflexão e ação. Assim, o ciclo entre ensino, pesquisa e extensão se efetivou plenamente, mostrando que a memória individual, coletiva e territorial não apenas produz conhecimento, mas pode se tornar motor de transformação social, pedagógica e política. Ao integrar práticas de pesquisa com a vivência cotidiana dos sujeitos, a escola passa a exercer um papel ativo na produção de saberes e na consolidação de vínculos comunitários, reafirmando sua centralidade na construção de futuros possíveis.

Figura 02: Realização da atividade no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares.

Fonte: Acervo do projeto Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares em Colombo/PR. Fotografias: Annie Libert, 2022

Considerações Finais

A experiência desenvolvida na Vila Zumbi dos Palmares permitiu compreender que memória, território e resistência constituem dimensões inseparáveis para analisar os processos de formação social em espaços periféricos. As entrevistas realizadas com moradores antigos e agentes públicos, aliadas às atividades de extensão universitária e às ações com as juventudes do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, evidenciam que a história da Vila não pode ser reduzida somente à precariedade material que marcou seu início. Ao contrário, ela se revela como um território narrado, tecido por histórias de luta coletiva, organização comunitária e afirmação identitária diante da negação reiterada de direitos básicos.

A oralidade, nesse contexto, assume papel central. Mais do que memória registrada, ela emerge como instrumento político capaz de reivindicar sentidos, disputar narrativas e reafirmar a legitimidade das vozes historicamente marginalizadas. Os relatos dos moradores mostram que a ocupação inicial não foi fruto de escolha livre, mas de necessidade; revelam as adversidades enfrentadas na ausência de saneamento, água, energia e garantias jurídicas; e, ao mesmo tempo, mostram a força dos mutirões, das assembleias e das práticas comunitárias que sustentaram a permanência no território. Tais narrativas reforçam que o processo de regularização fundiária não deve ser compreendido como ação benévola do Estado, mas como conquista forjada pela resistência cotidiana e pela persistência de uma comunidade que se reconhece espoliada, mas nunca silenciada.

Nesse processo, a extensão universitária desempenhou papel transformador. Ao se inserir no cotidiano da Vila com uma postura dialógica, ética e comprometida com a valorização das memórias locais, o projeto "Direitos sociais, inovação e disseminação de memórias de luta na Vila Zumbi dos Palmares" ampliou a circulação de saberes e fortaleceu vínculos entre universidade, escola e comunidade. Esse movimento se materializou não apenas nos registros coletados ou nos produtos acadêmicos gerados, mas também nos efeitos concretos sobre a escola local. O ingresso da professora Elaine Gomes Ferreira e da diretora Heloisa Urcino da Silva no mestrado profissional reafirma a potência da escola como espaço de mediação, diálogo e construção coletiva de conhecimento.

As ações desenvolvidas com as juventudes mostraram que a memória da Vila não está apenas no passado, mas é continuamente recriada pelos jovens que habitam o território. As oficinas de relicários e lambe-lambe ativaram afetos, lembranças e referências culturais que permitiram aos estudantes compreender suas próprias trajetórias como parte de uma história comunitária maior. Ao ocuparem o bairro com suas produções, os jovens ressignificaram o espaço público, transformando muros, postes e calçadas em suportes de memória e identidade coletiva. Essa intervenção estética e política reforça que a juventude é protagonista na construção de novos sentidos para o território, atualizando a luta por reconhecimento e pertencimento que marca a trajetória da Vila Zumbi dos Palmares.

Assim, este trabalho evidencia que recuperar memórias, escutar narrativas e reconhecer a potência política da oralidade são práticas fundamentais para enfrentar o apagamento histórico que recai sobre populações periféricas. A Vila Zumbi dos Palmares demonstra que o território é produzido pela interação entre experiências compartilhadas, resistências cotidianas e projetos de futuro que emergem, sobretudo, da força coletiva de seus moradores. Ao narrar, recordar e permanecer, a comunidade reinscreve na cidade um modo próprio de existir, resistir e construir direitos. Registrar essas histórias é, portanto, contribuir para sua permanência, fortalecendo a memória como campo de disputa e como horizonte de transformação social.

Referências

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.Plano de Relocação e Reassentamento de Parte da População da Vila Zumbi dos Palmares, Município de Colombo (PR): Projeto Básico de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental. Curitiba: COHAPAR, março 2005.

Documentário - Memórias de Luta da Vila Zumbi dos Palmares. [S.l.]: Memórias de Luta, 24 fev. 2024. 1 vídeo (55 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ITmZPxvgiOY. Acesso em: 07 dez. 2025

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade** . 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Editora Nebli, 2016.

Memórias de Luta | Vila Zumbi dos Palmares. Memórias de Luta. Youtube: 30 mai. 2024, 40 min. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SCI09dFNvbo Acesso em: 07 dez. 2025.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PROJETO DIREITOS SOCIAIS. Acervo digital do Projeto de Extensão Direitos Sociais, Inovação e Disseminação de Memórias de Luta na Vila Zumbi dos Palmares. [recurso eletrônico]. Colombo: Universidade Federal do Paraná, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1v0T5vNlU-Gvkv3Yv5Il9Ch_wA6f3Cay-. Acesso em: 07 dez. 2025.

UFPR na sua vida – Memória Vila Zumbi. [S.l.]: Agência Escola UFPR, 9 nov. 2023. 1 vídeo (30 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dQRrnSM5Clk. Acesso em: 08 dez 2025.